

ANO 20 JAN 1988

Antonio Delfim Netto

Altruístas e surfistas

No dia 19 de dezembro de 1987 a Folha publicou um importante trabalho dos professores José Pastore e Hélio Zylbersztajn, da Faculdade de Economia e Administração da USP, que deveria ser lido e meditado pelo grande número de altruístas amadores e surfistas intelectuais que adam o tempo todo propondo coisas absurdas, com o aparente ar de justiça social. Em si mesmo, algumas dessas proposições encerram idéias generosas e respeitáveis como é o caso da aposentadoria do trabalhador com salário integral (o último) por tempo de serviço ou por idade.

Ninguém pode duvidar que esse seria um objetivo desejável. Mas ninguém deve deixar de reconhecer que ele é provavelmente inatingível neste momento, pela simples e boa razão de que a sociedade está envelhecendo e aumentando a sua vida média. Se conservamos a aposentadoria por tempo de serviço aos 35 anos e começamos a trabalhar aos 14, isto significa que a expectativa de vida que interessa para a aposentadoria é a de 80 anos. Ora essa expectativa de vida está crescendo rapidamente, à despeito de todas as tragédias que se sucedem atingindo a economia brasileira. Isto significa que a população dos que trabalham (de 14 a 60 anos) terá de manter (porque o regime é de caixa) a dos aposentados (mais de 50 anos) a custos rapidamente crescentes.

Não adianta argumentar que 1/3 das contribuições são do Estado, porque o Estado somos todos nós. Não adianta, também, supor que a aposentadoria possa ser financiada pela elevação da contribuição das empresas, porque essa contribuição será transferida (como não poderia deixar de ser) para os preços e, de novo, financiada por todos nós. Se houvesse uma forma de impedir essa transferência, simplesmente a taxa de acumulação da economia seria dramaticamente reduzida e como o investimento de hoje é o emprego de amanhã, a economia brasileira entraria em queda de atividade, fazendo o sistema explodir ainda mais depressa.

O que o exemplo nos mostra é que existe um limite para a manipulação das variáveis econômicas. Esse tipo de voluntarismo encontra os seus limites na realidade. É claro que o salário é muito mais do que um preço. É claro que o salário não pode e não deve ser fixado unicamente pelo mercado. Mas é claro, também, que sem levar em conta o mercado, as próprias medidas que pretendem aumentar a segurança social do trabalhador estão destinadas a fracassar.

Outro ponto que tem sido muito explorado pelos que se chamam a si mesmos

de "progressistas", refere-se à estabilidade no emprego. A estabilidade do trabalhador deve ser realizada dentro da sociedade, garantindo-lhe, quando fica involuntariamente desempregado, um padrão mínimo de dignidade através do seguro-desemprego. O Fundo de Garantia e uma indenização proporcional ao tempo de serviço podem ser complementos do seguro-desemprego. Mas aqui também é preciso notar que o custo do sistema não é (nem pode ser) pago pela empresa. Ela é apenas um instrumento que facilita a captura dos recursos da sociedade, o que significa que os "seus custos" serão transferidos para os consumidores.

É importante que assim seja, porque a economia necessita de flexibilidade em todos os mercados e particularmente no mercado de trabalho, se quisermos que os ajustes inevitáveis da conjuntura se façam com menores flutuações de preço e de emprego. Por outro lado é indispensável não esquecer que o salário real apesar de não ser a única, é uma das variáveis mais importantes na determinação do nível de emprego e que, portanto, não pode ser arbitrariamente fixado, como pensam alguns "progressistas".

A todo momento as pessoas argumentam que a estabilidade é necessária por causa da rotatividade. Ora, a rotatividade é fenômeno normal nas economias de mercado ocidentais. Nos EUA cerca de 25% dos empregados das empresas têm menos de um ano de casa; no Canadá essa percentagem chega a 25%, na Austrália a 25%, na Inglaterra, 19%. Quando se considera o período de dois anos, essas percentagens atingem entre 30% e 40% (a estatística é de 1984/85).

O ponto importante é o seguinte: com talvez 1/3 ou 1/4 dos custos propostos ao projeto de Constituição, poderíamos criar um seguro-desemprego realmente eficiente e capaz de modernizar o mercado de trabalho brasileiro, dando mais eficiência e proteção melhor ao trabalhador. Mas isso é outra história, que não deveria contar para os "progressistas"...

Antonio Delfim Netto escreve de quarta-feira para a Folha.